

3
1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**
2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM**
3 **08 DE ABRIL DE 2011**
4

5 Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, no Auditório de Reuniões da
6 Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, sito à Rua
7 Pedro Ivo, 750 – 5º andar, em Curitiba/PR, às 08:30 horas em primeira convocação e
8 às 09:00 horas com qualquer número de Conselheiros, reuniram-se em Assembléia
9 Ordinária os integrantes do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR,
10 previamente convocados. Nessa ocasião estiveram presentes **Representantes**
11 **Governamentais:** Ana Maria Macedo (Secretaria de Estado da Criança e Juventude –
12 SECJ); Cláudia Picolo (Procuradoria Geral do Estado – PGE); Carolina Kummer
13 Trevisan (Procuradoria Geral do Estado – PGE); Rosângela Heinz Gavinho Ferraz
14 (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL); Kharin
15 Bevervanço (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB); Nayse
16 Mary Alves Zétola (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior –
17 SETI); ; Lucimeri Sampaio Bezerra (Secretaria da Política Habitacional – COHAPAR);
18 Soraya Sehli (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); Rosely Lemos Schinemann
19 (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Rosana
20 Aparecida Dias de Macedo (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção
21 Social – SETP); Márcia Beatriz Bühner (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e
22 Promoção Social – SETP); Carmen Cristina Pereira Zadra (Secretaria de Estado do
23 Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Vanusa Ferreira Calão (Secretaria de
24 Estado da Justiça – SEJU); Maria Leonor Zanella (Secretaria de Estado do Trabalho,
25 Emprego e Promoção Social – SETP);). **Representantes da Sociedade Civil**
26 **Organizada:** Pedro Lirio Hofmann (Associação de Moradores de Encantado do
27 Oeste); Cássia Fernanda Mercúrio (Aldeias Infantis SOS); Patrick James Reason
28 (Associação Assoc. Beneficente Encontro com Deus); Mara Julci de Freitas Baran
29 (Conselho Regional de Psicologia – CRP-08); Maria Cecília Monteiro Fantin (Conselho
30 Regional de Psicologia – Pato Branco); Cristina Zehr (Associação Beneficente das
31 Senhoras de Entre Rios); Ronan César da Silva (Associação Pró-Amor de Deficientes
32 Físicos de Irati); Teresinha Maria Pereira Mariano (CRESS – 11ª Região); Edenilce de
33 Fátima do Nascimento Lima (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova
34 Esperança); Ana Cristina Duda (Associação Ministério Melhor Viver – Ponta Grossa);
35 Elenir Ruiz Bonfim Schuchardt (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –
36 APAE/Iporã); Ozimara Ferreira de Mello (Associação de Pais e Amigos dos
37 Excepcionais – APAE/São Sebastião). A abertura do evento se deu através das
38 palavras da Conselheira Presidente Nicéia Brandão Lemes que a todos deu as boas
39 vindas. Já no início estabeleceu-se um acordo, com o objetivo de planejar as
40 atividades que virão logo a seguir. Apresentou-se a Conselheira Carolina sugerindo
41 regimentar as falas para o máximo de três minutos, com réplica de 1 minuto, fixando
42 assim as intervenções para não descaracterizar o foco da reunião. Para controlar o
43 tempo designou-se o Conselheiro Pedro e as inscrições seriam anotadas pela
44 Conselheira Edenilce. Sandra Mancino veio a solicitar a inserção na pauta dos
45 informes do Ministério Público. Disse ainda ter uma certa preocupação referente às
46 intervenções das pessoas: é necessário pensar numa proposta que possibilitasse a
47 participação dos que aqui estão, respeitando o tempo e o momento, algo propositivo.
48 Informou que devido a questões de trabalho, doravante o Ministério Público estará
49 sendo representado no CEAS/PR pela Dra. Isabel. Já na sequência, o cidadão Carlos
50 Lima pediu a palavra, cobrando a discriminação que está se estabelecendo no ato
51 das pessoas expressarem suas opiniões. Esclareceu que o controle social é uma
52 prerrogativa legislativa nesse Conselho e qualquer cidadão tem o direito a voz, só
53 não a voto. Esse Governo está promovendo mudanças e não é a primeira vez que se

54tem cerceada a participação. Garantiu o cidadão que representa o interesse de um
55segmento: caso medidas sejam tomadas, também prosseguirá com medidas cabíveis
56que garantam a Lei que rege os Conselhos. A Conselheira Edenilce expressou que na
57realidade o Conselho é uma instância de controle social e é exatamente essa a sua
58função: fazer com que a comunidade participe. Concordou que as intervenções não
59devem ocorrer a todo momento, porém não pode acontecer restrição. Foi a vez da
60Conselheira Ana Cristina explanar que todas as pessoas terão seu tempo. Em
61nenhum momento determinou-se qualquer tipo de restrição, ocorre que as reuniões
62estão tendo um tempo, considerado não proveitoso. Assim pediu-se tempo e
63organização objetivando apenas imprimir ordem aos trabalhos. A assessora técnica
64da SECJ, Ana Maria Macedo, pontuou que acompanha as atividades do CEDCA e em
65nenhuma ocasião alguém presente teve a sua fala cerceada, inclusive alguns
66membros da sociedade que não são Conselheiros, participam de atividades das
67Comissões. A Conselheira Presidente desejou deixar bem claro que as intervenções
68serão aceitas se forem pertinentes às questões que estão sendo discutidas.
69**Apreciação da Pauta.** Inserção a pedido da Conselheira Cristina Zehr – Qual a
70posição do Conselho na reativação dos Fóruns Regionais e implementação da
71Assessoria Técnica para os CMAS. Nesse momento, o Conselheiro Pedro solicitou que
72ao ocorrerem as substituições das chefias dos Escritórios Regionais da SETP, que o
73Conselho seja comunicado pois na região de Cascavel ele foi o último a saber.
74**Aprovação da Ata de Fevereiro e Março.** Foi a vez da Dra. Ana Maria Macedo
75informar que é de praxe que a ata de uma reunião deva ter as suas possíveis
76alterações corrigidas no momento e logo em seguida aprovada. Trata-se de uma
77norma. Segundo a Conselheira Presidente Nicéia, a Secretaria Executiva encaminha
78a ata para os Conselheiros e as suas alterações são encaminhadas via e-mail. Tais
79colaborações são providenciadas e submetidas a apreciação do plenário e em
80seguida a ata é aprovada. Dando a sua contribuição, a Conselheira Edenilce sugeriu
81que os Conselheiros deixem em vermelho as alterações a serem feitas. Replicou a
82Dra. Ana Maria reforçando que a ata deverá ser aprovada na reunião e as correções
83deverão ser registradas no momento, seguindo uma norma. A Secretária Executiva
84pronunciou-se no sentido de tentar garantir a expedição dos documentos dos 3
85Conselhos Estaduais abrigados na SETP, colocando-se à disposição para acatar a
86decisão do Colegiado. Mudando o foco da discussão, o Conselheiro Pedro pontuou
87que os Conselheiros precisam agir com responsabilidade, iniciando as reuniões com
88pontualidade. Já a Conselheira Ozimara concluiu que a paciência deve ser cultivada
89entre todos, tendo cautela nas críticas, já que é um momento de transição que exige
90opiniões construtivas. As atas referentes aos meses de fevereiro e março foram
91APROVADAS com as devidas alterações apresentadas pelos Conselheiros. Na
92continuidade o cidadão Carlos Lima realçou a todos como é difícil tentar participar
93democraticamente. No seu caso, em virtude de não receber o documento, tem
94dificuldade em contrapor as falas por ele colocadas, pois não se tem a transparência
95devida. Solicitou assim o devido acesso a todos os documentos, para a sua
96apreciação. A Secretaria Executiva afirmou-lhe que estará disponível para atendê-lo,
97da mesma forma que procede com todos os Conselheiros. A Assistente Social Helena
98garantiu que todos os materiais são divulgados no site do CEAS/PR, inclusive as atas
99após a sua aprovação. Reforçando as falas anteriores, a Conselheira Presidente
100Nicéia sugeriu que nas próximas Assembléias se faça a leitura da Ata na presença
101dos Conselheiros. Concordou a Conselheira Vanusa, informando também que o site
102do CEAS/PR necessita ser atualizado, reformulado e ser mais objetivo. **Informes da**
103**Secretaria Executiva.** - Ofício nº 09/2011 assinado pelo Presidente do CMAS de
104Iporã, encaminhando o formulário devidamente respondido referente à implantação
105da Resolução nº 016/2010; - Recebidos os compêndios “Anais da VII Conferência
106Nacional de Assistência Social” - Orientações para Conselhos da área de Assistência

107Social” e “Orientações Técnicas – Gestão de Programas de Erradicação do Trabalho
108Infantil no SUAS”; - Convite dirigido aos Conselheiros, referente à Cerimônia de Posse
109do Diretor dos Correios no Paraná; - Expediente encaminhado pela Prefeitura
110Municipal de Fernandes Pinheiro, no que se refere à expansão do município; -
111Informativo da Secretaria Municipal de Assistência Social de Capitão Leônidas
112Marques; - Recebida a justificativa de ausência no 1º dia dos trabalhos da
113Conselheira Vanuza; - E-mail do ER de Jacarezinho abordando o assunto da
114representação no Conselho; - E-mail trazendo a justificativa de ausência da
115representante da Secretaria de Estado da Educação por motivo de
116representatividade em outras instituições; - E-mail com a justificativa de ausência da
117Conselheira Cássia Mercúrio, tendo em vista a grande demanda de atividades nas
118Aldeias Infantis SOS, com a implantação de um novo projeto de atendimento a
119famílias. **Relatório das Comissões. Comissão de Gerenciamento e**
120**Financiamento do Fundo.** (Anexo I) A Conselheira Ana Cristiina fez a relatoria da
121Comissão e dados os encaminhamentos o relatório foi APROVADO pela Plenária.
122**Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.** (Anexo II) A Conselheira
123Leonor procedeu a leitura do relatório da Comissão e o mesmo foi APROVADO pela
124Assembléia. **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial.** (Anexo III)
125A técnica Helena foi relatora dessa Comissão e informou que, segundo a técnica
126Larissa Tissot, o FONACEAS no entendimento de todos os Conselhos Estaduais,
127indicou a necessidade de uma Resolução pelo Conselho, que normatizasse o que
128realmente o Conselho Estadual deverá fazer, em relação aos fluxos de indeferimento
129de inscrição das entidades pelos CMAS. Foram nesses termos que através da
130Comissão foi elaborada essa Resolução, entendendo que já existem várias outras
131normativas que as vezes acabam confundindo os Conselhos Municipais e as próprias
132entidades. Referindo-se ao questionamento já colocado pelo Conselho do Distrito
133Federal, o qual fez uma consulta ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate
134à Fome – MDS e está se tentando criar um grupo para publicizar essas consultas,
135dando condições para os Conselhos Estaduais terem acesso a essas informações. O
136CEAS/DF questionou acerca das entidades religiosas, clubes esportivos e outros que
137não se caracterizam como assistência social. A resposta recebida é que todos esses
138por si só, não são entidades de assistência social, mas dentro das normativas se a
139entidade tiver CNPJ e prestar serviço, programa e benefício de acordo com a
140tipificação, ela poderá ser inscrita. A técnica Larissa comprometeu-se a repassar ao
141CEAS toda a fundamentação legal, inclusive com a resposta do CNAS que
142publicizada, facilitará o acesso às informações. Nesse momento, a Conselheira
143Presidente expôs que os Conselheiros devem refletir: dia 19 de maio é o prazo
144fornecido pelo MDS, considerando ser impossível estar tudo legalizado a nível de
145Paraná. Em segundo lugar, lembrou que no ano passado foi realizado um encontro
146em Foz do Iguaçu onde foi discutido o tema acerca para os gestores da Assistência
147Social. A proposta seria realizar uma reunião descentralizada, ampliada para que
148todos os Presidentes de Conselho pudessem comparecer para discutir esse assunto
149com convidados especiais do MDS e Ministério de Educação. Colocou a Assessora
150Técnica da SECJ, Ana Maria Macedo, que a representante da Saúde no Conselho
151poderá levar oficialmente a demanda para o Secretário dessa situação, para que a
152pasta se posicione, uma vez que o Conselho já se posicionou. Caso não haja um
153retorno, ai sim o Colegiado poderá dirigir-se ao Secretário. Retornou a Conselheira
154Nicéia afirmou que os municípios permaneceriam na dúvida: colocou a proposta de
155ser realizada uma reunião ampliada, com a participação de todos os Conselheiros.
156Completo a Ana Maria Macedo, expondo que esse momento também poderia
157abordar não só a questão da Resolução 016, como também a questão das
158Conferências que aí estão. A questão de datas propícias e prazos seriam estudados.
159Segundo a Conselheira Nicéia, a proposta dessa Resolução seria encaminhada para a

22
23
24

160Assessoria Jurídica, compartilhando depois com os Conselheiros, para sequente
161encaminhamento. Foi esclarecido pela técnica Helena que foi feita uma inclusão.
162Essa minuta de orientação sobre o processo de eleição da Sociedade Civil nos
163Conselhos Municipais, constava na pauta da Comissão da Conferência, porém
164discutiu-se internamente verificando que, na verdade deveria constar da Comissão
165de Documentação e Cadastro. A grande dúvida nesse processo de eleição é referente
166justamente sobre aquela entidade que só tem programa, serviço ou projeto inscrito
167no Conselho Municipal. Essas respostas não existiam e a questão aparecerá muito
168neste ano. O questionamento foi formalizado através de um ofício ao CNAS e a
169Presidente Nicéia levará em mãos no próximo dia 15, porém já se adiantou que, se
170for levar a legislação ao pé da letra, essas entidades não poderão participar do
171processo eleitoral da Sociedade Civil, enquanto prestadora de serviços. Continuando,
172a técnica Helena afirmou que essa minuta já existia desde o ano passado, não
173chegando a ser encaminhada aos CMAS. E agora vivenciando a organização das
174Conferências é de se acreditar que o conhecimento será muito útil. Dessa forma,
175combinou-se na Comissão que iriam aprovar essa orientação com sugestões e assim
176quando chegar a resposta do Conselho Nacional, poderão encaminhar aos
177Conselheiros para que se apropriem e também possam contribuir. O Relatório foi
178APROVADO pela Plenária. **Comissão de Políticas Básicas.** (Anexo IV) Alguns
179questionamentos foram feitos pela Conselheira Rosely, chamando a atenção dos
180Conselheiros sobre o memorando-circular encaminhado aos Escritórios Regionais de
181Ponta Grossa, Curitiba e Ivaiporã, justamente aqueles que atendem os 6 municípios
182(Arapoti, Reserva, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Jardim Alegre e Lidianópolis). Eles
183tinham prazo até 06 de fevereiro para cadastrar a entidade, a unidade de referência
184do CREAS no CADSUAS e esses municípios paranaenses não o fizeram. Porém, de
185acordo com a Resolução da CIT nº 1 de 03 de março de 2011, os municípios terão até
186o dia 31 de maio de 2011 para cadastrar, para que possa ser normalizado o repasse
187do recurso do piso. Relatório APROVADO pela Plenária. **Comissão de Organização**
188**da Conferência Estadual.** (Anexo V) Entre os comentários surgidos, a Conselheira
189Mariluz Petry colocou que as Conferências Municipais iniciam em 02 de maio e vão
190até 07 de agosto e as regionais de 15 de agosto à 15 de setembro. Sendo assim uma
191urgente definição precisaria sair até dia 20 de abril, abordando o número de
192participantes, recursos, vagas, etc. Respondeu a Conselheira Presidente informando
193que até dia 15 estariam de posse de todas as informações do CNAS, compartilhando
194em seguida com os Conselheiros. Um levantamento prévio já está em andamento,
195para definir o local da realização da Conferência Estadual. Já a Conselheira Ozimara
196lembrou das 18 vagas a serem reservadas para os Fóruns, e a cada Conselheiro
197compete verificar na sua região, quais os que estão em funcionamento, com o
198objetivo de garantir as vagas. Segundo o Conselheiro Patrick comprometeu-se levar
199as informações para o FOREAS Curitiba, Litoral e Vale do Ribeira e informou ao
200Conselho que Neiva Silvana não é mais a Coordenadora Estadual, permanecendo
201em aberto a vaga de coordenadora. Relatório APROVADO pela Plenária. **Comissão**
202**da Frente Parlamentar.** (Anexo VI) A representante da SECJ, Ana Maria Macedo,
203informou que a 1ª Frente criada nada desempenhou e recentemente, em 24 de
204março, surgiu a nova Frente Parlamentar de Defesa da Assistência Social, com 18
205Deputados Estaduais cujos nomes são constantes do site. Foi sugerido que os
206Conselheiros contatassem os Deputados da sua região, esclarecendo a importância
207da sua participação. Foi comunicado que a única data disponível para realizar a 2ª
208Audiência Pública em defesa da Política de Assistência Social no Estado do Paraná
209será no dia 16 de maio, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, com a presença já
210confirmada da Sra. Secretária Nacional, a paranaense Denise Colin. Os Conselheiros
211foram arguidos no sentido de indicarem uma representação do Conselho, para se
212fazer presente na Mesa dos Trabalhos. A Conselheira Carolina julgou oportuno que

25
26
27
28

213 fosse a Presidente Nicéia Brandão Lemes, sendo APROVADO pelo Plenário. Nesse
214 momento, a Presidente propôs agendar a próxima Assembléia do CEAS nessa mesma
215 data, possibilitando assim que todos os Conselheiros participassem da Audiência
216 Pública. Demonstrou a todos que alguns impedimentos existem, que talvez sirvam
217 de entraves para ocorrer plenária nos dias 05 e 06, conforme consta no calendário. O
218 fato de ainda não se ter uma licitação em andamento, talvez seja o principal motivo
219 para se ter uma reunião descentralizada no mês de maio. Relatório da Comissão
220 APROVADO pela Plenária. Na sequência, alguns comentários surgiram referentes ao
221 pagamento das despesas dos Conselheiros, nos seus deslocamentos. As questões
222 foram respondidas pela Conselheira e Procuradora Carolina. Quando se fala em
223 despesa pública, a conta tem de corresponder ao gasto efetivado, sob pena de se ter
224 problemas com o Tribunal de Contas. Foi feita a leitura do artigo referente e
225 constante da Lei: pagamento de passagens, hospedagem e alimentação, nada
226 consta sobre combustível. **Comissão da Revisão da Lei. (Anexo VII)** Ouviu-se da
227 parte de Sandra Mancino, representante do Ministério Público, a sugestão de
228 consultar o Conselho Nacional sobre os trâmites utilizados nessas questões de
229 despesas dos Conselheiros. Como se trata de um assunto repetitivo, é necessário
230 obter uma solução mais definitiva e legal. Sugeriu que se resgatem todas as
231 Resoluções do Conselho Nacional, que orientam sobre o funcionamento dos
232 Conselhos e aí sim será possível detectar se a Lei terá que ser totalmente
233 reformulada ou só alteram alguns artigos. A Conselheira Nicéia comentou que na
234 Secretaria, a exemplo do que é feito no CNAS, está sendo verificado junto ao Tribunal
235 de Contas a possibilidade de se abrir uma rubrica, para que os Conselheiros possam
236 ter um limite de recursos que cobrirá todas as suas despesas. Por conta da
237 importância do assunto, a pedido da Presidência, a Secretária Executiva Regina
238 Amasiles R. Costa prestou um depoimento referente a diversos esclarecimentos que
239 fez aos auditores, sobre o funcionamento dos 3 Conselhos abrangidos na SETP.
240 Munida de todos os documentos solicitados, as pendências foram todas devidamente
241 esclarecidas. Abrindo um espaço, o cidadão Carlos Lima considerou que a
242 composição das Comissões desse Conselho não são paritárias, bem como teve
243 dificuldades para identificar na Mesa dos Conselheiros quais seriam Governamentais
244 e quais seriam da Sociedade Civil. É uma dificuldade muito grande para se ter o
245 devido acompanhamento: identificá-los com crachás, fazendo o mesmo com os
246 assessores técnicos. Solicitou pois que o Conselho tomasse providências para
247 identificar todos os participantes, facilitando a visualização. Por outro lado, lembrou
248 que todas as normativas universais devem estar constantes em Lei, não através de
249 Regimento Interno ou Decreto Lei, uma vez que esse poderá ser alterado a qualquer
250 momento pelo Gestor. Entre outros comentários, a técnica Helena lembrou que a Lei
251 do CEAS não dispõe sobre o pagamento de despesas dos delegados para as
252 Conferências. Já a Conselheira Mariluz colocou que se deve garantir na Lei a
253 participação de todas as regiões do Estado para compor o CEAS. A Conselheira
254 Carmen fez diversas considerações sobre o relatório de gestão 2010, que será
255 assinado pelo Secretário anterior e posteriormente lançado no site. Relatório
256 APROVADO pela Comissão. Orientação do Conselho Nacional sobre a criação de
257 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais. Proposta: o CNAS sugere
258 que seja feita uma Comissão Permanente e que esteja inserida no Regimento
259 Interno. Devido à sobrecarga de trabalho, talvez ela pudesse ser uma subcomissão,
260 agregada à de Articulação. A proposição foi apoiada pela Conselheira Carmen, devido
261 mesmo ao acúmulo de atividades, aceitando Conselheiros voluntários. Em votação,
262 foi APROVADA a constituição de uma subcomissão, com adesão de colaboradores da
263 SECJ. **Informes Gerais.** Relato da Conselheira Ana Duda referindo-se a evento
264 realizado em Ponta Grossa sobre a discussão do Fundo e Orçamento da Assistência
265 Social, contando com a presença de todos os 18 municípios. A relatou a sua

266preocupação no que se refere aos convênios, pedindo para observar quanto a
267tipificação, uma vez que a partir do próximo ano, as cobranças dos convênios
268referentes a recurso federal serão bem mais acentuadas. A intenção do MDS não é
269ter o retorno das verbas, o desejo é que a demanda seja atendida. Foi orientado para
270os Municípios que frente as dificuldades, os mesmos deverão contatar o MDS.
271Informou também que poderá indicar a palestra ministrada em Ponta Grossa para
272outras regionais, dado o seu excelente conteúdo (Sra. Vitória do MDS – Coordenadora
273do Fundo Nacional de Assistência Social). - *Reunião do FONACEAS, realizada nos dias*
274*23, 24 e 25 de março em João Pessoa/PB* – Técnica Larissa (SECJ) informou que a
275cada 3 meses são realizadas as reuniões e nessa última, foi elaborada a Carta de
276João Pessoa redigida no momento e que ainda não está publicizada para os outros
277Conselhos. Traz a compreensão de que é necessário que o CNAS pense na
278metodologia e instrumentais, para a realização das Conferências no país. Os
279Conselheiros Estaduais devem mobilizar os seus Senadores para aprovar o PL SUAS,
280bem como criar uma Comissão do CEAS para o acompanhamento da aplicação dessa
281Resolução 016 e a mobilização para que se realizem reuniões ampliadas nas regiões,
282com articulação do CEAS junto aos CMAS. Discussão realizada sobre a necessidade
283de pautar nas Conferências Municipais e Estaduais, no eixo participação e controle
284social no SUAS. O ponto chave foi a necessidade da estruturação de uma Secretaria
285Executiva, com apoio e equipe para o funcionamento dos Conselhos Estaduais, com
286Assessoria Técnica, Jurídica e Contábil. Tem Estados muito organizados e outros
287ainda não estão estruturados. O Fórum faz todas essas discussões e todos os Estados
288precisam ter na sua agenda a análise do projeto de lei do SUAS. A Conselheira
289Edenilce propôs que um ofício do CEAS seja expedido, solicitando empenho dos
290Conselheiros nessa questão – APROVADO. Ofício nº 021/2011 – CNAS. O Conselho
291Nacional deu retorno ao ofício do CEAS/PR sobre as ausências de Assembleias. A
292resposta traz as normativas que devem assegurar as reuniões mensais, solicitando
293também a remessa de calendário 2011 e os últimos encaminhamentos (a técnica
294Helena da SETP atenderá a solicitação). Foi esclarecido sobre a importância do
295planejamento de ações do CEAS para acompanhar o processo de implementação da
296Resolução 016, pelos Conselhos Municipais. O último ofício do CNAS indica a garantia
297de que os Conselhos Municipais e Estaduais possam ter uma Secretaria Executiva
298com assessoria técnica, e solicitam informações sobre o funcionamento do CEAS/PR
299ampliando essas informações para os Conselhos Municipais. A Conselheira Presidente
300Nicéia trouxe as informações necessárias para o planejamento de Assembleia em
301maio, com a certeza de que a data constante no calendário (05 e 06) será inviável,
302pois a licitação está em andamento, mas não se deve correr riscos. Foi interpretado
303pela Conselheira Ozimara que em maio poderia ser planejada uma reunião
304descentralizada e para junho a eleição da presidência do CEAS. Avaliando a
305sugestão, a Conselheira Mara lembrou que o calendário já está aprovado desde
306dezembro e as mudanças de datas estão se tornando crônicas. A Conselheira Ana
307Cristina, de forma coerente, clareou que seria aceitável realizar a plenária em outro
308dia, de preferência próxima à Audiência Pública. No ano passado, as condições
309estavam bem piores e os Conselhos permaneceram quase inativos. Em apreciação:
3101ª Proposta: a reunião não acontece. 2ª Proposta: realizar nos dias 16 e 17 de maio,
311junto à Audiência Pública. Ponderou Ana Maria Macedo que se os dias escolhidos
312forem 16 e 17, não haverá prazo hábil para realizar a reunião ampliada com os
313Conselhos Municipais, para discutir as Conferências Municipais e a Resolução 016,
314pensando nas questões urgentes. Após diversos comentários, os Conselheiros
315chegaram as conclusões finais para a necessária votação. APROVADA a realização da
316Assembleia Ordinária de maio nos dias 16 e 17; foi dito pela Conselheira Mariluz, que
317os Escritórios Regionais já adotam a prática de chamar os municípios para discutir as
318Conferências. Adicionar a Resolução 016, não traria maiores problemas, apesar de

43
44
45

319que alguns Escritórios estão com um número mínimo de servidores. Nesse momento
320foi dada a palavra ao observador, Robson Camargo, ex Conselheiro e que também
321exerceu a função de chefe do Escritório Regional da SETP, em Irati. Em rápidas
322palavras colocou a sua preocupação com referência à 2 tópicos: 1º quando à
323Comissão responsável propôs realizar a Conferência Estadual em outro local, uma
324decisão que certamente não é positiva. 2º: todos os municípios tem dificuldades
325relacionadas aos seus Conselhos Municipais – o processo de monitoramento
326realizado nos anos de 2009 e 2010 mostrou que essa é uma ferida que sangra e na
327hora da composição da Comissão específica que trataria disso, não existe uma
328compreensão do que isso significa, enquanto suporte informativo e de apoio para os
329municípios. Parabenizou o Conselho, agradecendo pela oportunidade de expressão. A
330Conselheira Vanuza solicitou para a próxima reunião, a presença de um servidor da
331SETP, encarregado do setor de licitações, com o objetivo de esclarecer uma situação
332que está se tornando repetitiva. Já o cidadão Carlos Lima desejou deixar registrado
333que tanto o Governo anterior quanto este Governo, tomaram medidas de moratória,
334inclusive de verbas federais, comprometendo o fluxo no atendimento da Assistência
335Social, inclusive no próprio sistema de monitoramento e controle social, ou das
336conferências e ações institucionais desse Conselho. A Sociedade Civil deverá estar
337atenta a essas questões, porque ações dessa natureza que implicam em medidas
338administrativas não acontecidas em função da vontade do próprio Governo, não
339podem impedir a não continuidade dos programas e muito menos dos mecanismosd
340e participação, elaboração e execução das Políticas Públicas. Essas dificuldades que
341a Presidente apresenta, sem dúvida são decorrentes dessas medidas.
342**Encerramento:** A __presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e demais
343convidados, encerrando a Assembléia ordinária e desejando a todos uma feliz
344páscoa. A presente ata foi digitada por Willian Binhara, e lavrada por mim, Regina
345Amasiles Rodrigues Costa, (Secretária Executiva dos Conselhos). Depois de lida
346aprovada, será anexada a cópia da lista assinada pelos Conselheiros presentes nessa
347reunião.

46
47
48
49

50
51
52

ANEXO I

348
349
350
351
352
353
354

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO/CÂMARA: Financiamento e Gerenciamento do Fundo

DATA: 07/04/2011

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Rosângela Heinz Gavinho Ferraz	SEPL
Ana Cristina Duda	Assoc. Ministério Melhor Viver
Vanusa Ferreira Calão	SEJU
Patrick James Reason	Encontro com Deus
Aline Pedrosa Fioravante	SECJ
Samanta Krivoruczka	SECJ (ouvinte)
Larissa Marsolik Tissot	SECJ
Ana Maria Macedo	SECJ

355
356
357
358

RELATÓRIO:

359 Repasse da reunião com Conselho Estadual de Saúde feito por Aline – SECJ. Ocorrida
360 dia 29/03 na SES. Estavam presentes: Patrick, Nicéia, Rosângela, Aline, Juliana,
361 Carmen e Rosely A Sra. Rosita, Presidente do Conselho, os recebeu e foi
362 apresentando o termo de cooperação técnica pela SESA e SETP. A presidente do
363 Conselho Estadual de Saúde levou ao conhecimento dos visitantes que não sabia do
364 termo. Dessa visita ficou combinada uma articulação com a Diretoria Geral da SESA
365 e Conselho Estadual de Saúde. A equipe também apresentou visita com as
366 instituições que se encontram em anexo. Foi sugerido a articulação do Conselho do
367 Idoso e do Conselho da Pessoa com Deficiência nessas discussões. Até o presente
368 momento a SESA não deu retorno da discussão. A equipe está aguardando contato
369 para dar seguimento na articulação.

370

371

Proposta:

372

1. elaboração do Plano de Aplicação (gráfico em multimídia) o plano está em
discussão para a próxima reunião finalizar e aprovar.

373

374

2. Indicativos para a elaboração do Plano Plurianual. Próxima reunião.

375

376

Parecer da Plenária: APROVADO

377

378

379

53
54
55
56

ANEXO II

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

380

381

COMISSÃO/CÂMARA: Comunicação, Articulação e Mobilização

382

383

DATA: 07/04/2011

384

385

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Ronan César da Silva	APADEFI
Ozimara Ferreira de Mello	APAE
Mariluz Zanin Petry	SETP – E.R. Francisco Beltrão
Rosely Lemos Schinemann	SETP
Maria Leonor Zanella	SETP
Rosane A. Dias de Macedo	

386

387

RELATÓRIO:

388

389

A Comissão definiu a Inclusão na Nota Técnica que dispõe sobre Benefícios Eventuais: Funeral e Natalidade:

Acompanhamento e parecer do Ministério Público em questões que vierem divergir da legislação vigente.

E como Anexo da Nota Técnica Referente aos Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social

A proposta é de incluir no Roteiro do Monitoramento do Estado o Acompanhamento dos serviços dos Benefícios Eventuais, tal como sua efetivação a partir da Lei Municipal com adequação da Legislação vigente. Que continuará sendo realizado pelos Escritórios Regionais, Conselho Municipal de Assistência Social e Gestor.

390

Parecer da Plenária: APROVADO.

64
65
66

ANEXO III

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMISSÃO/CÂMARA: Documentação e Rede Socioassistencial

DATA: 07/04/2011

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Cristina Zehr	Asso. Benef. das Senhoras de Entre Rios
Teresinha Aparecida Pereira Mariano	CRESS 11ª Região
Helena Navarro Gimenez	SETP/DAS
Keity F. da Cruz	MP/PR
Tania Mara Domingues	SETI
Nayse Mary Neves Zétola	SETI
Edenilce de Fátima do Nascimento Lima	SISMUNE
Maria Isabel Lobo Sampaio	MP/PR
Lucimeri Sampaio Bezerra	COHAPAR

397
398
399
400
401

RELATÓRIO:

2. Apresentação da Sistematização da implementação da Resolução nº 016/2010 do CNAS e CMAS:

404

405A sistematização (em anexo) foi apresentada à Comissão e entendeu-se que esse
406relatório deverá ser encaminhado ao CNAS e dar um retorno aos municípios,
407colocando sobre o prazo que o município possui para adequação dos fluxos de
408inscrição de acordo com as normativas legais (19/05/2011), a importância desse
409reordenamento no âmbito municipal.

410

3. Minuta de Resolução do CEAS/PR com base na Resolução nº 016/2010 CNAS:

413

414A Resolução nº 016 do CNAS estabelece que o indeferimento por parte do CMAS
415deverá ser encaminhado pelas entidades ao CEAS, por isso a Comissão elaborou a
416minuta de Resolução em anexo, para apreciação da plenária.

417

418Inclusão de pauta: Minuta de orientação sobre o processo de eleição da sociedade
419civil nos CMAS.

67
68
69
70

420- Foi apresentada a minuta de orientação, porém deve-se aguardar as orientações do
421CNAS no que tange à eleição das entidades que possuem inscrição de serviços,
422programas ou projetos para os CMAS, as quais deverão ser enviadas após o dia
42315/04. Enquanto isso, essa minuta de orientação será encaminhado por e-mail à
424Comissão para contribuições.

425

Parecer da Plenária: APROVADO.

78
79
80

ANEXO IV

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

426
427
428
429
430
431

COMISSÃO/CÂMARA: Políticas Sociais

DATA: 07/04/2011

PRESENTES:

Nome	Representatividade
Antonio Carlos da Silva	AMBAJAC
Paula Cristina C. Cunha	SECJ
Carolina Kumer Trevisan	PGE
Claudia Pisolo	PGE
Pedro Lirio Hofmann	Ass. de Moradores de Encantado do Oeste
Elenir Schuchat	APAE-Iporã
Soraya Sehli	SESA
Adriane Leandro	SESA
José Osvaldo Rufino	SECJ
Leonildo Pereira de Souza	Ouvinte – IPARDES
Fernanda Scaciota Simões da Silva	SEED
Nircelio Zobot	SETP/CGM
Letícia Regina H. Dos Reis	SECJ
Aline Pedrosa Fioravante	SECJ
Carmen Critina Pereira Zadra	SETP
Soraya Sehli	SESA
Maria Jo´se Rossetti	SETP

432
433
434
435
436-
437
438

RELATÓRIO:

Resultado da atualização cadastral - CadÚnico - Cadastro único de famílias.

Nircelio teceu explanações sobre o recadastramento de famílias (CAD-ÚNICO). Explicou sobre a importância de que o mesmo seja revisado a cada dois anos, sob pena das famílias virem a perder o benefício. O Município é responsável por acompanhar esse cadastro. Esse cadastro serve de base para 9 programas e compete aos CRAS acompanhar tais atualizações.

Proposta:

a) seja feita uma recomendação aos gestores do Bolsa família e do cadastro único para que sejam articuladas as informações dos gestores do bolsa e dos CRAS sobre as condicionalidades e acesso dos CRAS ao cadastro único.

b) para que seja feita uma recomendação para que os CRAS mantenham atualizadas as famílias do cadastro único, para evitar perdas de benefícios.

Monitoramento dos serviços para crianças 0-06 anos e idosos (termo de aceites)

81
82
83
84

457 Leonor prestou informações sobre termos de aceite para os planos de ação de 2011.
458 Informou que Os Municípios tinham que fazer o aceite e o Conselho tinha que
459 aprovar.

461 COGEMAS-PR mandou lista de municípios na última reunião da CIT sobre. Planilha
462 com a situação de alguns Municípios sobre os recursos do piso básico de transição.

464 A partir da reunião da CIT foi encaminhada uma lista com 38 municípios que tiveram
465 recursos bloqueados do piso básico de transição.

467 Expansão dos serviços: quando saiu um junho havia um prazo para que os
468 municípios fizessem seu aceite. Em novembro, viu-se que alguns municípios sequer
469 haviam aberto o sistema. Foi aberto um novo prazo para que tais municípios
470 pudessem fazê-lo. O MDS entendeu que quem não acessou o sistema, não aceitou.

472 **Proposta:**

474 a) mandar ofício aos escritórios regionais para monitorar esses serviços (expansão
475 dos CRAS, serviços de atendimentos de 0-6 e idoso), referentes aos 38 municípios
476 irregulares, para que estes promovam o aceite.

478- **Prorrogação de data para prestação de contas IGD-M 2009 – informação**

480 Prazo foi dilatado de 31 de março para 29 de abril para os gestores e para 31 de
481 maio para os conselhos municipais de assistência social. Existe um controle social
482 sobre a aplicação do IGD-M. O presidente do conselho e o gestor tem que prestar
483 informações sobre esses repasses pelo SUASweb.

485- **Alteração do cronograma da implantação do V7**

486 Foi informado pelo Nircélio que a implantação desse sistema operacional se dará por
487 um fluxo de cronogramas estabelecido pelo MDS, em grupos determinados pelo
488 MDS. Foi adiado o ultimo grupo para implantaÇÃO.

490- **CREAS: suspensão de recursos para 06 municípios do Estado do Paraná**

491 Foi informado por Rosely que 06 Municípios estão com os recursos do PAEFI
492 suspensos porque não preencheram o registro da Unidade efetivamente implanta no
493 CAD-SUAS até o prazo estabelecido. Assim que isso for regularizado, conforme a
494 Resolução 01 de março de 2011 da CIT, os recursos serão repassados.

496- **Aprovação de reformulação do plano de ação PBF 2011**

497 Foi informado por Nircélio e Carmen que Plano de ação, embora iniciado não foi
498 finalizado para aprovação.

499 Informou-se que o plano será corrigido, enviado para os integrantes da Comissão para
500 que sejam feitas sugestões e que haja aprovação na próxima reunião ordinária do
501 Conselho.

503- **Propostas de encaminhamentos para as próximas reuniões:** que os informes
504 sejam colocados diretamente em plenária, para que não haja uma desnecessária
505 reprodução de informações. Isso facilitaria para todos, pois as informacoes seriam
506 repassadas diretamente pelo funcionário responsável.

508- **Oficio de Fernandes Pinheiros:**

5090 Município encaminhou ao CEAS informando sobre problemas no aceite, no que se
510refere à implantação do CRAS e solicitou auxílio deste Conselho perante o MDS para
511que não venha a perder recursos.

512

513*Proposta:*

514

515a) responder o ofício informando que por meio de resolução a CIT já fixou novo
516prazo para adequação, sendo que com tal resposta deve ser encaminhada cópia da
517Res. 01/11-CIT.

518

519

520 Posição da Plenária: APROVADO.

521

522

99
100
101

ANEXO V

523
524
525

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

526
527
528

COMISSÃO/CÂMARA: Comissão Temporária IX Conferência Estadual de Assistência Social

529
530
531

DATA: 07/04/2011

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Rosely Lemos Schinemann	SETP/Curitiba
Ozimara F. de Mello	APAE
Paula Cristina C. Cunha	SECJ - Ouvinte
Pedro Lísio Hoffmann	Ass. M. de Encantado D.Oeste
Helena Navarro Gimenez	SETP/DAS
Mariluz Zamim Petry	E.R. SETP – Francisco Beltrão
Márcia Beatriz Buhner	SETP/DAS
Larissa Marsolik	SECJ

532
533
534

RELATÓRIO:

535

536

1 - Minuta de Resolução de convocação da Conferência com Calendário:

537 Conferências Municipais: 02/05 a 07/08

538 Conferências Regionais: 15/08 a 15/09

539 Conferência Estadual no período entre 03 à 07/10.

540

Foram discutidos as propostas de loraís para a realização da Conferência e

541

número de participantes para as Conferências Regionais e Estadual.

542

A Comissão continuará discutindo via e-mail com a possibilidade de agendar

543

extraordinária no dia 20/04 (Somente com os membros da Comissão).

Propor na plenária que os Conselheiros da sociedade civil rearticulem nas regiões o FOREAS para que se possa definir quantos participantes desse Fórum estarão presentes na Conferência. Em 2009, foram destinados 1 vaga por região total: 18.

Posição da Plenária: APROVADO.

ANEXO VI

102
103
104
105

108

544

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

545

COMISSÃO/CÂMARA: Frente Parlamentar

546

547

548 **DATA: 07/04/2011**

549

550

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Edenilce de Fatima do N. Lima	SISMUNE
Antonio Carlos da Silva	AMBAJAC
Lucimeri Sampaio Bezerra	SINDASP
Daraci R. Santos	Mandato Deputado Lemos
Cristina Zehr	Ass. Benef. Das Senhoras de Entre Rios
Patrick Reason	Encontro Com Deus
Vanuza Ferreira Calão	SEJU
Ana Maria Macedo	SECJ

551

552

RELATÓRIO:

553

554

555 Contamos com a presença da Assistente Social Daraci Rosa que representou o
556 Deputado José Lemos, que estava em outro compromisso. A Sra. Daraci fez um
557 histórico sobre a organização da primeira Frente Parlamentar em 2009 e como
558 aconteceu a primeira Audiência Pública em Defesa da Política de Assistência Social
559 no Paraná. Ressaltou ela que fez contato com os atores que organizaram a audiência
560 anterior: CRESS, CRP, CUT, SINDASP, SISMUNUC, MP, CONGEMA e entre outros
561 movimentos.

562

563 O Deputado José Lemos já protocolou a nova Frente Parlamentar que contou
564 com assinaturas de vários deputados. A única data disponível para realizar a 2ª
565 Audiência Pública em Defesa da Política de Assistência Social no Paraná é no dia 16
566 de maio de 2011, das 09:00h às 12:00h, no Plenarinho da Assembléia Legislativa.

567

Palestrantes: Denise Colin e Márcia Lopes – MDS.

568

569

Encaminhamentos:

570

- Revisão da Carta Aberta, a Sra. Daraci irá elaborar e enviar por e-mail aos
571 membros da Comissão para alterações, sugestões e, posteriormente,
572 aprovação. Depois será enviado a todos os Conselheiros via e-mail para
573 votação eletrônica. Em seguida será providenciada a impressão da Carta para
574 coletar assinaturas. Todas as regionais deverão fazer uma mobilização para
575 coletar assinaturas.

109

110

111

112

115

576 – Os Escritórios Regionais e Conselheiros deverão visitar os deputados de sua
577 respectiva regional e convidá-los pessoalmente para participar da Audiência
578 Pública e entregar a Carta Aberta.

579 – Esboço da Nota Técnica sobre os objetivos da atuação da Frente Parlamentar,
580 não discutimos na Comissão, ficando aberto à sugestões na plenária. Porém, a
581 Carta Aberta revisionada trará o teor para compreensão.

582

Parecer da Plenária: Relatório APROVADO.

120
121
122

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC

ANEXO VII

583
584
585
586
587
588
589
590
591

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMISSÃO/CÂMARA: Comissão Temporária para Revisão da Lei Estadual n.
11.362/1996

DATA: 07/04/2011

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Ronan Cesar da Silva	APADEFI
Soraya Sehli	SESA
Keity F. da Cruz	MP/PR
Carolina K. Trevisan	PGE
Elenir Ruiz Bonfim Schuchardt	APAE
Samantha Krevowcczka	SECJ

592
593
594
595
596

RELATÓRIO:

A Comissão discutiu os encaminhamentos a serem dados para que possa
haver a alteração da lei, considerando que esta é de 1996 e muitas alterações
ocorreram na Política de Assistência Social, ficando definido.

Pedido de esclarecimento: Qual a função de alterar a Lei de criação do CEAS;
foi proposta por quem e com qual finalidade.

Parecer da Plenária: Relatório APROVADO.

123
124
125
126

ANEXO IX**COMISSÃO/CÂMARA: IX Conferência Estadual de Assistência Social**

DATA: 21/03/2011

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Helena Navarro	SETP
Ana Cristina Duda	Ministério Melhor Viver – Ponta Grossa
Nicéia Brandão Lemes	SETP/DAS
Rosely Lemos Schinermann	SETP/
Mariluz Zanin Petry	SETP/Francisco Beltrão
Tatiani Macarini	SECJ
Larissa Marsolik Tissot	SECJ
Vanuza V. M. Salles	CRESS
Pedro Lírio Hoffmann	Assoc. Moradores Encantado D'Oeste
Keity F. da Cruz	MP/PR
Cássia Fernanda Mercúrio	Aldeias Infantis SOS do Brasil
Paula Cristina Calsavara Cunha	SECJ
Aline Fioravante	SECJ

A Comissão discutiu sobre processo de eleição da sociedade civil para compor os CMAS, e delibera pelo Ofício ao CNAS para consultar sobre os critérios de indicação e eleição dos representantes dos usuários (se esses podem pertencer às associações de defesa de direitos) e entidades prestadoras de serviço que possuem serviço, programa ou projeto de assistência social inscrita no CMAS.

Parecer da Plenária: Relatório APROVADO.